



Prezado (a) conselheiro (a),

Estamos encaminhando um clipping de notícias do CNS na mídia, além daquelas com assuntos que o Conselho vem debatendo. A intenção é socializar com os Conselheiros Nacionais a repercussão nos principais jornais.

*Brasília, 17 de agosto de 2010
O Estado de S. Paulo/BR
Ministério da Saúde | Programas | Farmácia Popular*

Contra tucano, rival fala em ampliar subsídio a remédios

*NACIONAL
Vera Rosa, Ligia Formenti
BRASÍLIA*

Para especialistas, promessa de Dilma é eleitoreira e reedição de um programa já existente no governo

Em mais uma tentativa de conquistar a classe média, a candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, afirmou ontem que, se eleita, pretende subsidiar integralmente os remédios para hipertensão e diabetes na rede privada de farmácias. Para especialistas, a promessa é eleitoreira e uma reedição de um programa já existente no governo. Com a proposta, que constará de seu programa de governo, Dilma chama para a briga seu adversário do PSDB, José Serra, que foi ministro da Saúde no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

"Queremos facilitar o acesso da população a medicamentos para hipertensão e diabetes", disse a candidata. Pelos seus cálculos, o Ministério da Saúde já gasta R\$ 400 milhões por ano para subsidiar 90% do preço dos dois remédios. O plano da petista prevê complementar esse valor, injetando mais R\$ 40 milhões por ano no programa "Aqui tem Farmácia Popular".

O Sistema Único de Saúde (SUS) já distribui esses medicamentos gratuitos. Dilma observou, porém, que sua proposta baratearia o custo e evitaria que muitos pacientes precisassem recorrer ao SUS só para obter uma receita.

"É uma forma clara de agradar a classe média", assegura o médico e consultor da área de saúde Eugenio Vilaça. "É um colírio, um refresco para esse eleitorado, mas que obviamente não resolve o problema, principalmente para esse grupo", completa. Ele observa que o acesso a medicamento para

aqueles que recorrem aos planos de saúde ou a médicos particulares não é um problema. "A lógica está muito além de dar remédio. É preciso dar assistência, algo que essa proposta não oferece", completa.

Para o presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Batista Júnior, o SUS já prevê distribuição gratuita de medicamentos. "A candidata não está inovando", diz. Em sua avaliação, a proposta da candidata desvirtua a lógica defendida pelo movimento sanitário, responsável pela criação do SUS. "O que tem de ser garantido é remédio na rede pública. Compras feitas em larga escala asseguram preços mais baixos, há a transparência da licitação e o fortalecimento do sistema público, o elo mais frágil, onde a assistência tem de ser fortalecida". Para Júnior, os argumentos usados pelo governo de que o programa Farmácia Popular representa economia de gastos com logística e distribuição não convencem. "É um precedente perigoso: com isso, há cada vez menos investimentos para melhorar os postos públicos de distribuição".

A proposta desagradou até mesmo defensores do Programa Farmácia Popular. O professor da Universidade de Brasília, Flávio Goulart, admite ser um dos poucos especialistas que não acredita que o governo pode financiar medicamentos para toda população. "O Farmácia Popular é uma solução inteligente, de financiamento partilhado". A promessa de Dilma, para ele, representa um retrocesso.

Para a pesquisadora do Laboratório de Economia da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Lígia Bahia, o problema está na forma como é feita a proposta, centrada em farmácias particulares. "A saúde tem de ser vista como um processo integral", afirma ela. "Na rede particular, a lógica é uma só: quanto mais remédios vendidos, melhor".

*Brasília, 17 de agosto de 2010
Correio do Povo - RS - Porto Alegre/RS
Ministério da Saúde | Institucional*

Residentes pressionam por reajuste com paralisação

GERAL

Os 2,4 mil médicos residentes do Rio Grande do Sul paralisam suas atividades a partir de hoje. Desse total, 80% atuam em Porto Alegre. A categoria que atende ao SUS quer reajuste de 38,7% na bolsa-auxílio, congelada desde 2006, em R\$ 1.916,45.

Uma manifestação está prevista para as 10h em frente ao Hospital de Clínicas da Capital, e logo após haverá assembleia geral. A greve atinge todo o país. Nos hospitais públicos federais atuam 22 mil residentes.

Os ministérios da Educação e da Saúde apresentaram ontem à noite a proposta de reajuste de 20% na bolsa-auxílio a partir de 2011. O governo também criou um grupo de trabalho para avaliar as reivindicações. O presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR), Nívio Lemos Moreira Júnior, informou que, a princípio, está mantida a greve. A proposta será analisada ao longo do dia de hoje pelos residentes.

Segundo ele, em 2006, o governo federal prometeu reajuste de 50%, mas apenas 30% foi concedido. "Os 20% restantes seriam repassados um ano depois; porém, o governo não concedeu", disse. Desde abril, os residentes tentam negociar com representantes dos dois ministérios. "Não tivemos nenhuma proposta."

Em nota, o governo federal contrariou a associação e garantiu que trata do assunto com os residentes há seis meses. Segundo o Ministério da Saúde, duas reivindicações estão previstas em um projeto de lei que será enviado ao Congresso Nacional: ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses e a implantação da licença-paternidade de cinco dias.

A diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, Estela Haddad, explicou que, para poder conceder o reajuste, a União precisa fazer um remanejamento dos recursos do orçamento. "Será necessário retirar dinheiro de outros projetos." O governo federal é responsável por mais de 50% do pagamento das bolsas. Os residentes reivindicam também auxílio-moradia correspondente a 30% do valor da bolsa, auxílio-alimentação, adicional de insalubridade e instituição da 13 bolsa- auxílio, uma espécie de 13 salário.

Brasília, 17 de agosto de 2010
Jornal do Brasil/BR
Temas de Interesse | Presidenciais

Governo oferece 20% de reajuste a residentes

BRASIL
Brasília

Os ministérios da Saúde e da Educação ofereceram ontem aos representantes dos médicos residentes um aumento de 20% na bolsa mensal a partir do orçamento de 2011. A proposta só foi possível por meio do remanejamento de recursos de outros projetos dos órgãos financiadores. O Diário Oficial da União desta terça-feira trará uma portaria que cria um grupo de trabalho intersetorial para analisar as reivindicações da Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR), com o objetivo de avançar nas negociações com os estudantes.

Este grupo será composto pelos ministérios da Educação e da Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems), além de representantes dos médicos residentes. São esses os órgãos financiadores do Programa Nacional de Bolsas de Residência Médica. Independentemente da negociação do reajuste na bolsa dos residentes, o governo se compromete a manter a atual política de ampliação das vagas do Programa Nacional de Bolsas de Residência Médica, em áreas consideradas prioritárias para o SUS, como: Clínica Médica, Cirurgia Geral, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, Medicina Preventiva e Social, Medicina de Família e Comunidade, Psiquiatria, Geriatria, Cancerologia Clínica e Cirúrgica, Radioterapia, Patologia e Anestesiologia, entre outras.

TCU, TCE e SUS começam auditoria na Saúde em Londrina

FOLHA POLÍTICA

Força tarefa investiga pagamentos de valores acima da média nacional feitos pelo Sistema Único de Saúde para clínicas e hospitais da cidade

Os contratos de clínicas, centros de referência e hospitais de atendimento de média e alta complexidade em Londrina que recebem verbas do Sistema Único de Saúde (SUS) são alvo de uma inspeção feita por auditores do Tribunal de Contas da União (TCU), do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus).

Os trabalhos, coordenados pelo TCU, começaram ontem, in loco, e seguem na cidade até a próxima sexta-feira. Umuarama (23 a 27 de agosto) e Cianorte (30 de agosto a 3 de setembro), na região Noroeste, e Foz do Iguaçu (13 a 17 de setembro), no Oeste, também passarão pela fiscalização no setor.

Segundo a assessoria de imprensa do TCE-PR, a definição pelas quatro localidades considerou inconsistências nas prestações de contas ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), órgão que registra os procedimentos médicos pagos pelo SUS no Brasil todo. O Datasus toma por critérios de seleção, por exemplo, a discrepância entre tipo e número de procedimentos realizados, os quais não confeririam com os equipamentos médicos registrados no Ministério da Saúde pelos estabelecimentos, além de desproporção entre o número de atendimentos em relação ao baixo número de funcionários informado na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) pelos estabelecimentos conveniados. Participam do trabalho de auditoria dois médicos do Denasus, dois auditores do TCU e um analista de controle do TCE-PR.

Segundo a coordenação da auditoria do TCU, em Londrina, o relatório da análise da documentação colhida esta semana deverá ficar pronto dentro de duas a três semanas. Entre os motivos da seleção das quatro cidades, apontou, estão pagamentos do SUS efetuados a determinados procedimentos, mas com valores médios acima da média nacional. Todos os contratos, nesse caso - além do Fundo Municipal de Saúde (FMS) -, passam pela auditoria.

A reportagem indagou se, no caso de Londrina, também os quatro convênios do Município com o Centro Integrado e Apoio Profissional (Ciap) - Samu, Policlínica, Programa Saúde da Família (PSF) e controle de endemias - serão auditados. Investigação da Polícia Federal (PF) e da Controladoria Geral da União (CGU), em maio, apontou que a oscip teria desviado, só na cidade, mais de R\$ 10 milhões da Saúde. Sobre isso, no entanto, o auditor que coordena os trabalhos resumiu: "O Ciap na verdade era um caso particular, já investigado pela PF. Estamos trabalhando especificamente no atendimento médico-hospitalar, no que se refere a todos os procedimentos médicos realizados pelos hospitais e clínicas em que está vigente a contratualização", definiu.

Após os trabalhos, o TCU pode sugerir o arquivamento das situações apuradas, ou, em caso de irregularidades, comunicá-las ao gestor e pedir explicações, e só então avaliar a justificativa.

A FOLHA tentou contato ontem à tarde toda com o secretário municipal de Saúde interino, Jair Gravena, mas ele estava com o celular desligado. Pelo maior hospital que passará pela auditoria, o Hospital Universitário (HU) - cuja dívida que reclama do Município para com a entidade será item também do trabalho dos auditores -, a superintendência não quis comentar o assunto.

Expediente

Carta Eletrônica do CNS

Publicação do Conselho Nacional de Saúde - Ano VI – 17 de agosto de 2010.

Secretaria Executiva do CNS

Coordenação de Comunicação e Informação em Saúde